

Fronteiras

Revista Catarinense de História

De campo de batalha a lugar de memória: a construção do patrimônio e da identidade do Contestado em Irani

From battlefield to place of memory: the construction of heritage and identity of the Contestado in Irani

Jaisson Teixeira Lino¹
Angelo José Franciosi de Souza²

Resumo

A Guerra do Contestado (1912-1916) é um dos conflitos socioterritoriais mais emblemáticos do Sul do Brasil. Este artigo investiga a metamorfose de Irani, em Santa Catarina, palco da batalha inaugural de 1912, de um campo de batalha silenciado em um “lugar de memória” institucionalizado. O recorte temporal foca no processo de rememoração deflagrado a partir do final da década de 1970, marcado pelo protagonismo de Vicente Telles, estendendo-se até os seus desdobramentos contemporâneos. Fundamentada nos conceitos de Discurso Patrimonial Autorizado, Paisagem do Conflito e Biografia do Lugar, a pesquisa utiliza análise documental e bibliográfica para esquadrihar as dinâmicas de patrimonialização e as disputas narrativas no território. Os resultados revelam que a transição de Irani foi impulsionada por uma interdependência simbólica entre a agência individual e o poder público, resultando em marcos como o monumento Mãos de Cimento e o Sítio Histórico. Conclui-se que a memória em Irani não é um constructo estático, mas uma arena de conflito entre o dever de memória cabocla e tentativas de neutralização institucional, exemplificadas pelo “Acordo de Paz” de 2017.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Irani; Lugar de Memória; Patrimônio Cultural; Vicente Telles.

Abstract

The Contestado War (1912-1916) is one of the most emblematic socio-territorial conflicts in Southern Brazil. This article investigates the metamorphosis of the municipality of Irani, in Santa Catarina State, the site of the inaugural battle of 1912, from a silenced battlefield into an institutionalized “place of memory”. The timeframe focuses on the remembrance process triggered in the late 1970s, marked by the prominence of Vicente Telles, extending to its contemporary developments. Grounded in the concepts of Authorized Heritage Discourse, Landscape of Conflict, and Biography of Place, the research employs documentary and bibliographic analysis to examine heritage dynamics and narrative disputes within the territory. The results reveal that Irani's transition was driven by a symbolic interdependence between individual agency and public power, resulting in landmarks such as the “Mãos de Cimento” Monument and the Historical Site. The study concludes that memory in Irani is not a static construct but an arena of conflict between the duty of “caboclo” memory and institutional attempts at neutralization, exemplified by the 2017 “Peace Agreement”.

Keywords: Contestado War; Irani; Place of Memory; Cultural Heritage; Vicente Telles.

¹ Doutor e Pós-doutor em Arqueologia. Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisador Produtividade CNPq. Brasil. E-mail: lino@uffs.edu.br | <https://orcid.org/0000-0001-5582-526X>

² Professor e Mestre em História. Brasil. E-mail: angelo franciosi28@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-5033-8498>

Introdução

A Guerra do Contestado (1912-1916) caracteriza-se como um dos mais emblemáticos e complexos conflitos socioterritoriais da história do sul do Brasil, cujos desdobramentos e repercussões reverberam de maneira indelével até a contemporaneidade (Lino; Symonds, 2021; Souza, 2022). No epicentro histórico e geográfico desta conflagração, situa-se o município de Irani, no estado de Santa Catarina, cenário primordial da Batalha do Banhado Grande do Irani ocorrida em 22 de outubro de 1912, evento seminal que atuou como o estopim decisivo para o desencadeamento da guerra. O presente artigo debruça-se sobre a problemática central da transmutação de Irani, investigando sua metamorfose de um espaço de confronto bélico original para a configuração de um “lugar de memória”, fundamentado na acepção teórica de Pierre Nora (1993). Analisa-se, para tanto, como essa memória foi ativamente (re)construída, negociada e, em diversos momentos, disputada por múltiplos atores sociais ao longo de uma trajetória que abrange mais de quatro décadas. Ao esquadrihar este processo, a pesquisa propõe-se a oferecer subsídios para a compreensão das dinâmicas de patrimonialização em contextos pós-conflito, evidenciando o protagonismo da agência local na estruturação de narrativas históricas e na consolidação de matrizes identitárias regionais (Lino; Symonds, 2021).

O objetivo precípua desta investigação reside em apreender a multifacetada transformação de Irani, privilegiando o escrutínio das políticas culturais e do movimento de rememoração delineados a partir do final da década de 1970, estendendo-se até a contemporaneidade. Para a consecução deste propósito, o presente artigo concentra-se nas ações de edificação e conservação de patrimônios culturais, na análise das diversas iniciativas legislativas e, fundamentalmente, na agência de figuras-chave, com especial destaque para o protagonismo do folclorista Vicente Telles, bem como na atuação de instâncias institucionais como a Fundação Contestado. A metodologia empregada na investigação primária fundamentou-se na análise de um *corpus* documental diversificado e abrangente, o qual contempla atas de reuniões, estatutos, regimentos internos, peças judiciais, materiais de propaganda, projetos arquitetônicos e a legislação específica atinente ao Contestado em Irani; fontes estas que foram criteriosamente coletadas em acervos municipais, memoriais e coleções de caráter particular.

O presente artigo ancora-se em um arcabouço teórico-conceitual que articula as categorias de memória, identidade e patrimônio cultural, estabelecendo um diálogo com a literatura especializada da área. A análise da metamorfose de Irani na condição de um “lugar

de memória” é densamente fundamentada no referencial teórico de Pierre Nora (1993). O trabalho perscruta como esses lugares, os quais se manifestam concomitantemente em dimensões materiais, simbólicas e funcionais, emergem a partir da consciência de uma ruptura histórica com o passado, operando como “restos” nos quais subsiste uma vontade ou consciência comemorativa. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que a constituição de arquivos, a preservação de efemérides e a organização sistemática de celebrações no território de Irani configuram esforços deliberados de grupos sociais e agentes políticos para a construção e manutenção dessa memória, evidenciando que esta não possui um caráter espontâneo, mas sim institucionalmente forjado.

Ademais da categoria de “lugar de memória”, a análise das transformações ocorridas no município de Irani demanda a mobilização do conceito de Paisagem do Conflito. Sob tal ótica, a paisagem deixa de ser compreendida como um receptáculo passivo da agência humana para ser interpretada como um registro estratigráfico de eventos traumáticos (Lino, 2022). No caso específico de Irani, a materialidade do campo de batalha, consubstanciada em trincheiras, valas comuns e na própria topografia do Banhado Grande, constitui uma paisagem que, embora historicamente silenciada, preserva em sua estrutura as cicatrizes materiais da Batalha de 1912. Compreender Irani enquanto uma Paisagem do Conflito possibilita analisar como os elementos geográficos foram ressemantizados e convertidos em marcos identitários fundamentais.

O conceito de memória coletiva, pilar fundamental para a compreensão da relação estabelecida pela comunidade com o seu passado, é abordado a partir das perspectivas teóricas de Maurice Halbwachs (2003) e Joel Candau (2016). Halbwachs fornece o substrato para entender como ideias e sentimentos, aparentemente de ordem individual, são, em realidade, inspirados e moldados pelos quadros sociais e pelo grupo ao qual o indivíduo está inserido. Candau (2016, p. 16), por sua vez, aprofunda essa discussão ao tratar a memória como uma “reconstrução continuamente atualizada do passado”, configurando-se mais como um enquadramento e uma prática social do que como um conteúdo estático, tratando-se, portanto, de um projeto intrinsecamente inacabado.

A transição de uma definição puramente jurídica (pautada quase que exclusivamente na ação seletiva e tutelar do Estado voltada a bens de excepcionalidade monumental), para uma perspectiva crítica exige que a noção de patrimônio seja compreendida não como um objeto estático, mas como um processo dinâmico de negociação social. Nesse sentido, a análise ancora-se nas contribuições de Márcia Chuva (2012a; 2012b), que propõe a superação da dicotomia entre as dimensões material e imaterial. Para a autora, o patrimônio deve ser

entendido como uma prática política e institucional de seleção de passados, na qual a materialidade e o simbolismo são indissociáveis na produção de sentidos culturais.

Essa perspectiva é ampliada pela “alegoria do patrimônio” de Françoise Choay (2001), que interpreta o patrimônio moderno como um espelho onde a sociedade busca projetar sua própria continuidade e identidade. Para Choay, a preservação do patrimônio transcende a guarda de ruínas, ela atua como um mecanismo de interpelar o presente, transformando o espaço em um “monumento” capaz de conferir inteligibilidade à trajetória coletiva.

Por fim, incorpora-se a crítica de Laurajane Smith (2006) ao que ela denomina Discurso Patrimonial Autorizado. Smith argumenta que o patrimônio não é uma “coisa”, mas uma performance social e um processo de comunicação. Sob essa ótica, o patrimônio em Irani deixa de ser apenas um conjunto de bens definidos legalmente para ser compreendido como uma arena de poder, onde o discurso oficial do Estado frequentemente colide ou negocia com as experiências vividas e as memórias performadas pelos grupos subalternizados.

A identidade do lugar e o sentimento de pertencimento manifestado por seus habitantes são analisados sob o prisma teórico de Milton Santos (1986), o qual define o “lugar” não meramente como um aglomerado de objetos geográficos, mas sim como um espaço eminentemente social e simbólico. Tal espaço é caracterizado pela “comunhão” que o indivíduo estabelece e mantém com o território onde habita, circula e consolida suas relações cotidianas e subjetivas.

A metodologia desta pesquisa apropria-se do gênero biográfico, transpondo sua aplicação da escala individual para a análise de um território específico. Sorensen e Rose (2015) fornecem o suporte teórico-conceitual necessário para tratar Irani como um “lugar de batalha” cuja biografia é traçada diacronicamente, permitindo a investigação de suas distintas fases, metamorfoses e das decisões críticas que balizaram sua trajetória histórica, desde a condição original de campo de batalha até sua institucionalização como lugar de memória. O conceito de biografia do lugar possibilita compreender que o espaço não é um receptáculo estático, mas um protagonista social que acumula camadas de significados, usos e desusos ao longo do tempo, onde cada intervenção material ou simbólica altera o curso de sua “vida pública”. Sob a perspectiva historiográfica de Jacques Le Goff (1990), a análise documental é conduzida com rigor exegético, privilegiando o exame minucioso de fatos e registros sem a imposição de elementos subjetivos que extrapolem o conteúdo intrínseco das fontes, garantindo a integridade da análise documental apresentada.

Figura 1: Localização geográfica de Irani, Santa Catarina, Brasil



Fonte: Dos autores.

A análise da trajetória histórica de Irani revela um padrão historiográfico significativo: um extenso hiato mnemônico caracterizado por uma aparente “latência” da memória da guerra, que perdurou por mais de seis décadas, abrangendo o período de 1912 até aproximadamente 1978. Esse silêncio institucional foi rompido, em larga escala, pela agência individual de Vicente Telles, morador local, cujo protagonismo e engajamento pessoal catalisaram o interesse institucional e a mobilização popular em prol da rememoração. Tal dinâmica corrobora a tese de que a memória coletiva não se constitui como um processo passivo ou meramente espontâneo. Ao contrário, exige catalisadores específicos e um contexto sociopolítico favorável para que possa emergir, ser articulada e, por fim, institucionalizada (Halbwachs, 2003).

Conquanto tenham sido registradas coletas memorialísticas e pesquisas folclóricas esporádicas em períodos anteriores, a escassez de registros formais de ações institucionais de memória, aqui compreendidas como a implementação de políticas públicas de patrimonialização, a ereção de monumentos oficiais e a promulgação de marcos legislativos específicos, em data anterior a 1978 reforça a percepção de um prolongado estágio de invisibilização pública (Souza, 2022).

Subsequente ao desfecho da Guerra do Contestado em 1916, o território de Irani ingressou em um estágio biográfico caracterizado por um silenciamento de ordem institucional. Para além de uma aceção de memória meramente “latente”, o que se depreende das seis décadas subsequentes é a configuração de um processo de invisibilização pública. Tal

fenômeno não pressupõe a extinção das reminiscências no cerne das famílias sertanejas remanescentes, estrato no qual a oralidade desempenhou o papel fundamental de manter o passado operante, mas aponta, primordialmente, para a sua exclusão deliberada da esfera oficial, dos marcos patrimoniais e do discurso identitário hegemônico do município. Sob o ônus do trauma e do estigma social imputado aos denominados “vencidos”, a Paisagem do Conflito viu-se despojada de sua carga simbólica pública, permanecendo circunscrita à esfera privada e doméstica até o início de sua reabilitação política, deflagrada em 1978, marco em que Vicente Telles organizou um desfile cívico que expôs de forma incisiva a memória cabocla nas ruas da cidade.

Ademais, a transmutação de Irani em lugar de memória não se estabelece como um processo linear, coeso ou isento de dissensos. Pelo contrário, emerge enquanto uma construção perene e dinâmica, condicionada a flutuações e influências de ordens política, social e econômica. Este percurso é balizado por avanços significativos, mas igualmente por retrocessos, reinterpretações e projetos que permaneceram inconclusos, o que reflete a complexidade intrínseca à gestão da memória e do patrimônio cultural. Nesse sentido, corrobora-se a perspectiva de Joel Candau (2016, p. 164), ao postular que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo um projeto de afirmação de si mesma. Esse projeto está destinado a permanecer sempre inacabado, ele pode mesmo se esgotar na esperança de chegar a uma memória total”.

A alternância no suporte político, as restrições de ordem financeira que culminaram na descontinuidade de projetos de vulto, a exemplo do Parque Temático do Contestado, e a superveniente extinção da Fundação Contestado constituem evidências eloquentes desta biografia territorial acidentada. Até mesmo a modificação na nomenclatura de marcos efeméricos, ilustrada pela transição do feriado municipal outrora designado como “Dia do Jagunço” para a atual terminologia de “Feriado alusivo ao combate do Irani”, denuncia um processo de constante reinterpretação e adequação da memória às sensibilidades e às demandas sociais contemporâneas (Souza, 2022).

Nesse sentido, o estudo de caso sobre Irani transcende sua singularidade geográfica, consolidando-se como um microcosmo para a compreensão dos mecanismos pelos quais as comunidades negociam e estruturam suas identidades fundamentadas em passados traumáticos. O cenário expõe, ademais, as formas pelas quais a memória coletiva pode ser instrumentalizada para finalidades heterogêneas, abrangendo as esferas cultural, política e, de modo proeminente,

turística, evidenciando como distintos atores sociais disputam e forjam as narrativas predominantes sobre o passado (Nora, 1993).

Irani: da batalha aos esforços contemporâneos de rememoração

A trajetória de Irani, na condição de lugar de memória, encontra seu marco inaugural na conflagração que a inseriu de forma indelével na história nacional: a Batalha do Irani. Este evento não deve ser apreendido como um fenômeno isolado, mas sim como o estopim de um conflito de proporções ampliadas, a Guerra do Contestado, cujas raízes estavam assentadas em diferentes motivos, não apenas na disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, mas principalmente por conflitos sociais derivados da expropriação fundiária (Machado, 2004; Valentini; Witte, 2018; Lino, 2013).

Deflagrada na localidade de Banhado Grande, território que na época se encontrava sob a jurisdição administrativa do estado do Paraná, a Batalha do Irani confrontou um destacamento do Regimento de Segurança do Paraná, comandado pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá, a um contingente de civis sertanejos, genericamente designados como caboclos, liderados pela figura carismática do Monge José Maria. Os protagonistas desse confronto, ambos vitimados fatalmente no evento, representavam universos sociopolíticos distintos.

O Coronel João Gualberto, engenheiro militar de origem pernambucana, constituía uma figura em ascensão na elite política paranaense, tendo sido comissionado para liderar a repressão ao ajuntamento em torno do monge e para reafirmar a hegemonia do Paraná sobre a região de Irani, então em litígio com Santa Catarina (Machado, 2004; Dalfré, 2014). Sua imagem pública era amplamente enaltecida pela imprensa curitibana, que o projetava como um “herói da ordem e da lei”. No entanto, sua expedição militar foi perpassada por uma evidente subestimação do potencial bélico do adversário e por decisões táticas passíveis de questionamento, culminando em seu óbito durante o combate. O tratamento conferido aos seus despojos mortais, resgatados e homenageados com a construção de um mausoléu em Curitiba, estabelece um contraste nítido com o anonimato ao qual foram relegados os corpos dos praças falecidos em Irani, refletindo as rígidas hierarquias sociais e militares daquele contexto (Lino, 2013; Valentini; Witte, 2018).

Figura 2: Vista parcial do local da Batalha do Irani



Fonte: Foto dos autores (2022).

A figura central do ajuntamento sertanejo em Irani, o Monge José Maria, é amiúde identificada em fontes historiográficas tradicionais e no cerne da memória popular sob o nome de batismo Miguel Lucena de Boaventura. Contudo, essa associação deve ser devidamente matizada à luz das investigações historiográficas mais recentes (Vianna, 2002; Kunrath, 2020). Tais estudos sugerem que a identidade de José Maria constitui, em larga medida, uma construção plural e mística, profundamente inserida na tradição do monaquismo itinerante característica do sertão. Mais do que uma trajetória biográfica estanque ou meramente civil, a designação “José Maria” operava como um título carismático e um suporte simbólico para a liderança espiritual, tornando sua origem civil um dado de importância secundária quando confrontado com a agência messiânica que ele exercia sobre a denominada “Irmandade Cabocla”.

O desenlace da batalha revelou-se trágico para ambas as frentes beligerantes, culminando na morte de ambos os líderes e de dezenas de combatentes. Os sertanejos, a despeito das baixas sofridas, lograram êxito em rechaçar a ofensiva inicial, o que resultou na retirada dos sobreviventes do Regimento de Segurança. Após esta Batalha, o conflito viria a se expandir por vastas extensões territoriais do estado de Santa Catarina fora da área de disputa

com o Paraná. No contexto de Irani, os combatentes falecidos foram inumados de maneira rudimentar: os despojos de soldados e sertanejos foram depositados em uma vala coletiva, que passaria a ser conhecida como a “Vala dos 21”, enquanto o Monge José Maria teria sido sepultado em uma cova rasa nas proximidades (Valentini; Witte, 2018; Lino, 2013). Estes locais de enterramento, que inicialmente configuravam marcas físicas de um confronto sangrento, converter-se-iam, decorridas algumas décadas, em elementos centrais na estruturação do Sítio Histórico e na cristalização da memória da guerra em Irani.

O matiz religioso-messiânico, estruturado em torno da égide do Monge José Maria, constituiu-se como um dos pilares fundamentais daquilo que Marli Auras (1997) conceituou como a “Organização da Irmandade Cabocla”, revelando-se imprescindível para a coesão simbólica e a mobilização do movimento insurgente nas áreas centrais de Santa Catarina a partir de 1913. Todavia, no que tange especificamente à vitória sertaneja ocorrida em Irani, a historiografia contemporânea empenha-se em matizar a dimensão puramente mística, conferindo relevo a explicações de caráter mais pragmático e estratégico para a resolução do combate. Investigações historiográficas indicam que o êxito caboclo derivou, primordialmente, da mobilização de uma força de combate numericamente superior, regida pela liderança estratégica e experiente de José Fabrício das Neves (Machado, 2004; Lino, 2013; Souza, 2022; Kunrath, 2020; Vianna, 2002).

Até sua execução, ocorrida em 1925, o “coronel” José Fabrício das Neves exerceu uma autoridade territorial e política considerável sobre as glebas que hodiernamente integram os municípios de Irani e Concórdia. Conforme a análise empreendida por Antenor Ferreira (1992), o cenário subsequente aos confrontos iniciais foi marcado pela dispersão dos caboclos. Para Fabrício das Neves, contudo, o período consubstanciou uma significativa transição de *status*, passando a ser percebido por diversos estratos sociais como o sucessor e herdeiro espiritual e político do Monge José Maria. Ciente de sua condição como um dos alvos prioritários das autoridades governamentais, devido, especialmente, por ser um dos principais acusados pela morte do militar João Gualberto, José Fabrício das Neves adotou uma postura de vigilância extremada, refugiando-se nas bacias hidrográficas dos rios do Engano e dos Queimados, onde estabeleceu diversos ranchos e mantinha um deslocamento constante para prevenir capturas ou emboscadas (Vianna, 2002; Kunrath, 2020; Dalfré, 2014).

Em oposição à narrativa mística que atribui o desfecho do combate exclusivamente ao fervor messiânico dos combatentes, estudos dedicados à análise da dinâmica militar e das lideranças regionais (Vianna, 2002; Kunrath, 2020) ressaltam a proficiência tática e a

competência estratégica de Fabrício das Neves. Essa liderança de cunho pragmático revelou-se decisiva para que o contingente sertanejo, amparado por sua superioridade numérica e pelo profundo conhecimento geográfico do terreno, lograsse superar as forças do Regimento de Segurança paranaense.

Subsequente à Batalha do Irani e ao encerramento formal da Guerra do Contestado em 1916, sucedeu-se um prolongado interstício, superior a seis décadas, no qual a memória específica acerca deste evento bélico no município de Irani parece ter permanecido sob um regime de latência. Durante este período, observa-se a escassez ou a inexistência de iniciativas documentadas voltadas à rememoração ou à patrimonialização institucional do conflito. Este hiato mnemônico foi interrompido ao final da década de 1970, impulsionado primordialmente pela agência singular de Vicente Telles, militar da reserva do Exército Brasileiro, natural de Palmas-PR, mas detentor de profundas raízes familiares em Irani (Souza, 2022).

A ação que balizou a gênese pública do movimento de rememoração capitaneado por Telles ocorreu em 1978. Por ocasião do desfile cívico de 7 de setembro, o referido autor propôs que um contingente de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica desfilasse trajando suas vestimentas cotidianas, imbuídos da representação dos caboclos do Contestado. Este ato, imbuído de densa carga simbólica e teor contestatário, objetivava evidenciar a marginalização e o oblivio aos quais parcela da população local estava submetida, concomitante à reivindicação de um espaço de legitimidade para a memória dos “vencidos” no âmbito da historiografia oficial.

De acordo com o testemunho do próprio Telles, tal evento gerou uma repercussão de tal magnitude que instigou o interesse da administração municipal pela temática do conflito. A partir desse marco, Vicente Telles consolidou sua figura pública como o “Historiador do Contestado” e o “Cancioneiro do Contestado” em Irani, valendo-se da musicalidade, da tradição oral e de uma indumentária performática composta, entre outros elementos, por um chapéu inspirado na estética dos monges e o uso da gaita, para difundir a narrativa da guerra sob a ótica dos sertanejos (Pereira, 2016; Souza, 2022).

A partir de 1978, identifica-se o estabelecimento de uma articulação estratégica entre o movimento de rememoração liderado por Vicente Telles e as demandas prementes do poder público municipal. Para além de uma mera união fortuita, configurou-se uma convergência de interesses ou, mais precisamente, uma interdependência simbólica na qual o carisma pessoal e o cabedal de saber folclórico detidos por Telles proveram o estofo simbólico e a carga mística imprescindíveis para que o aparato estatal pudesse materializar um projeto de identidade local

e de fomento ao turismo histórico. Essa cooperação sinérgica resultou em um amálgama entre a memória de matriz cabocla e a institucionalização de caráter patrimonial, transmutando o sentimento subjetivo de pertença em políticas culturais objetivas e concretas.

A transição do município de Irani de um estado de silêncio para a efetiva patrimonialização pode ser elucidada por meio do conceito de “enquadramento da memória”, formulado por Michael Pollak (1989). Durante seis décadas, as reminiscências dos vencidos em Irani operaram na condição de memórias subterrâneas: narrativas que, por serem dissonantes em relação à historiografia oficial e estigmatizadas sob o rótulo de “fanatismo”, permaneceram circunscritas à esfera privada e ao domínio do silêncio. A emersão pública dessa memória, deflagrada a partir de 1978, não representou um despertar passivo ou inercial, mas configurou-se como um “trabalho de memória” ativo. Nesse processo, elementos anteriormente silenciados foram intencionalmente organizados para constituir um novo suporte identitário para a comunidade, convertendo o trauma da derrota em um feriado de afirmação e reconhecimento regional.

A ascensão do movimento de rememoração, impulsionada pela agência de Vicente Telles, passou a repercutir de forma pragmática nas esferas de decisão política. O então prefeito de Irani, Gebrail Oro, em conjunto com o secretário de obras do estado de Santa Catarina à época, Esperidião Amin, identificaram o potencial de mobilização popular e o apelo turístico intrínsecos à temática do Contestado, manifestando interesse formal em prover suporte às iniciativas capitaneadas por Telles. Esta confluência de interesses resultou na destinação estratégica de uma gleba de terras, situada nas adjacências do sítio original da Batalha do Irani, para a estruturação de um espaço dedicado à salvaguarda da memória do conflito (Pereira, 2016). Um marco jurídico fundamental neste processo foi a promulgação da Lei Municipal nº 192, de 29 de dezembro de 1979, que autorizou a desapropriação de um terreno de propriedade de Vicente Telles para a futura edificação do Museu do Contestado³.

Conforme a análise de Souza (2022), esta colaboração interinstitucional culminou na materialização de dois dos mais emblemáticos patrimônios culturais do município de Irani:

1. Monumento Mãos de Cimento (1984): Idealizado por Vicente Telles em interlocução com outros pesquisadores e executado pelo artista plástico José Mano Alvim, este monumento consolidou-se como o principal ícone imagético-simbólico de Irani e um poderoso referente da memória coletiva do Contestado. A representação plástica consiste em duas mãos

³ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1979/20/192/lei-ordinaria-n-192-1979-dispoe-sobre-desapropriacao-e-da-outras-providencia>. Acesso em: 10 jun. 2025.

estigmatizadas por perfurações de projéteis de armas de fogo que emergem do solo sustentando uma cruz de grandes proporções; tal composição semiótica simboliza a tríade da resistência, do sofrimento e da religiosidade do povo caboclo. A participação de Esperidião Amin, já na condição de governador, no processo de concepção intelectual e viabilização material do monumento é reiteradamente destacada por Telles como um fator de ordem fundamental (Telles, 2013; Pereira, 2016).

2. Museu Histórico do Contestado (Museu José Maria, década de 1980): Edificado em estrutura de madeira e estrategicamente posicionado ao lado do cemitério preexistente no local da batalha, o museu constituiu-se como um *locus* de preservação, passando a salvaguardar um acervo composto por artefatos bélicos, documentos, registros fotográficos e demais itens relacionados à Guerra do Contestado. Dessa forma, a instituição estabeleceu-se como um núcleo primordial de guarda, pesquisa e difusão da memória histórica regional.

Figura 3: Monumento “Mãos de cimento”, Irani



Fonte: Foto dos autores (2022).

A materialização desta memória por intermédio de aparatos monumentais, a exemplo das “Mãos de Cimento” e do Museu José Maria, reflete a lógica da “alegoria do patrimônio” teorizada por Françoise Choay (2001). Segundo a perspectiva de Choay, o patrimônio na contemporaneidade opera como um espelho especular no qual o tecido social busca projetar sua própria imagem e o sentido de continuidade histórica. No contexto específico de Irani, a

estruturação do Sítio Histórico transcende a mera preservação de vestígios ou ruínas; trata-se da edificação de um “monumento”, em sua acepção etimológica derivada de *monere* (fazer lembrar), projetado para interpelar o tempo presente. A instituição de tais marcos físicos atua como uma âncora simbólica para a identidade de “Berço do Contestado”, obstando que a fluidez do devir temporal erode as referências fundamentais de pertencimento local.

A agência performática e discursiva empreendida por Vicente Telles no ano de 1978 reverberou de tal forma que angariou a atenção e o suporte de figuras políticas proeminentes, tais como Gebrail Oro e Esperidião Amin. Este interesse político, ao vislumbrar o potencial de mobilização popular e a viabilidade turística intrínsecos à temática, converteu-se em aporte material concreto abrangendo a cessão de terras, a disponibilização de maquinário e o fomento financeiro, elementos que se revelaram fundamentais para a gênese dos marcos patrimoniais inaugurais do município. Conforme assevera Souza (2022), a sucessão cronológica dos acontecimentos e a tessitura narrativa apresentada corroboram essa relação de causalidade, na qual a iniciativa individual logrou mobilizar o amparo institucional imprescindível para a substanciação física da memória histórica.

Os primeiros marcos patrimoniais erigidos em Irani, notadamente o monumento Mãos de Cimento e o Museu José Maria, não foram concebidos como repositórios meramente passivos de memória. Desde a sua gênese, tais estruturas configuraram-se como palcos performáticos para a recriação e celebração contínua dessa memória, consolidando-se, concomitantemente, como signos visuais de alta densidade para a matriz identitária que se tencionava forjar no âmbito municipal. O monumento, em particular, em virtude de sua acentuada carga simbólica de resistência e fé, transmutou-se em um dos emblemas mais intrinsecamente vinculados à memória pública do Contestado. Efemérides anuais, como a Festa do Contestado, além de outras manifestações culturais de caráter coletivo, passaram a instrumentalizar esses espaços, reiterando seu papel dinâmico na vida comunitária e na perpetuação da herança mnemônica local.

O Sítio Histórico de Irani, situado na gleba de Banhado Grande, palco original do confronto de 1912, constituiu-se mediante um processo de amalgamação gradual. Este espaço engloba tanto os remanescentes que remetem diretamente ao evento bélico, como o Cemitério do Contestado (preexistente ao movimento de patrimonialização), a Vala dos 21 e a suposta Sepultura do Monge José Maria, quanto as edificações de caráter monumental contemporâneas, representadas pelo monumento Mãos de Cimento e pelo Museu José Maria.

A delimitação territorial do Sítio Histórico foi oficialmente expandida no ano de 1994, amparada pela Lei Municipal nº 786, que autorizou a municipalidade a proceder com a aquisição de uma área de 41.000 metros quadrados pertencente a Vicente Telles, destinada especificamente à implantação e ao desenvolvimento do “Projeto Contestado”. Este conjunto articulado de elementos materiais e simbólicos consolidou o Sítio Histórico como o principal *locus* de preservação e irradiação da memória da Guerra do Contestado em Irani (Motta, 2016; Pereira, 2016; Souza, 2022).

A configuração espacial-topográfica do Sítio Histórico de Irani consubstancia o que se define como uma Paisagem do Conflito. Sob este prisma, elementos como a “Vala dos 21” e o provável local de sepultamento do Monge José Maria transcendem a condição de pontos geográficos isolados em uma cartografia, operando como nodos axiais de uma malha que ressemantiza o território. Essa paisagem é integralmente constituída por “lugares-testemunha” que, ao serem submetidos ao processo de patrimonialização deflagrado a partir de 1978, deixaram de ser meros acidentes fisiográficos de uma área rural para se transmutarem em monumentos da resistência cabocla. A materialidade intrínseca a esses locais impõe uma ruptura definitiva com a invisibilização pública, convertendo a topografia do embate bélico em um suporte material para a pedagogia da memória e para a afirmação política do passado.

Figura 4: Provável local da “Vala dos 21”, Irani



Fonte: Foto dos autores (2022).

O limiar do século XXI consubstanciou um novo estágio na construção da memória do Contestado em Irani, caracterizado por investidas em prol de uma maior institucionalização estatal, pela proposição de projetos patrimoniais de vulto e pela realização de eventos de expressiva repercussão regional e nacional. Este período, contudo, desvelou simultaneamente a intrincada complexidade e as fragilidades sistêmicas inerentes à gestão da memória coletiva e do patrimônio cultural em contextos de dependência de conjunturas políticas e financeiras específicas.

Instituída formalmente no ano 2000 sob a égide de Vicente Telles, a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, doravante designada como Fundação Contestado, emergiu com o objetivo precípua de gerir o Sítio Histórico de Irani e promover a salvaguarda da cultura e da memória atinentes à Guerra do Contestado⁴. O seu processo de institucionalização constituiu um marco estratégico fundamental, visto que, ao ser declarada de utilidade pública municipal por intermédio da Lei nº 1.169 de 2002⁵, a Fundação tornou-se juridicamente apta a celebrar convênios com o poder público e a capitanear o recebimento de recursos financeiros e materiais. Uma ilustração concreta deste mecanismo foi a doação, efetuada pela municipalidade, do terreno de 41.000 m² onde se localiza parcela substancial do Sítio Histórico, ato oficializado pela Lei nº 1.051 de 2001⁶.

As atividades desenvolvidas pela Fundação Contestado, em consonância com o que se depreende das atas de suas reuniões (Fundação Contestado, 2000), gravitavam em torno do planejamento de ações culturais, da prospecção de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do Sítio, da organização de ciclos de palestras e apresentações protagonizadas por Vicente Telles e, de maneira proeminente, da elaboração do ambicioso Projeto do Parque Temático do Contestado.

Todavia, o itinerário institucional da Fundação foi perpassado por vicissitudes significativas. No ano de 2015, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ajuizou uma Ação Civil Pública visando a sua extinção, estribada na arguição de inatividade e na ausência de prestação de contas desde o exercício de 2006. O trâmite processual culminou na decretação da extinção da Fundação no ano de 2020. Como corolário deste desfecho, o seu patrimônio remanescente, constituído por ativos imobiliários e um veículo automotor, foi destinado ao

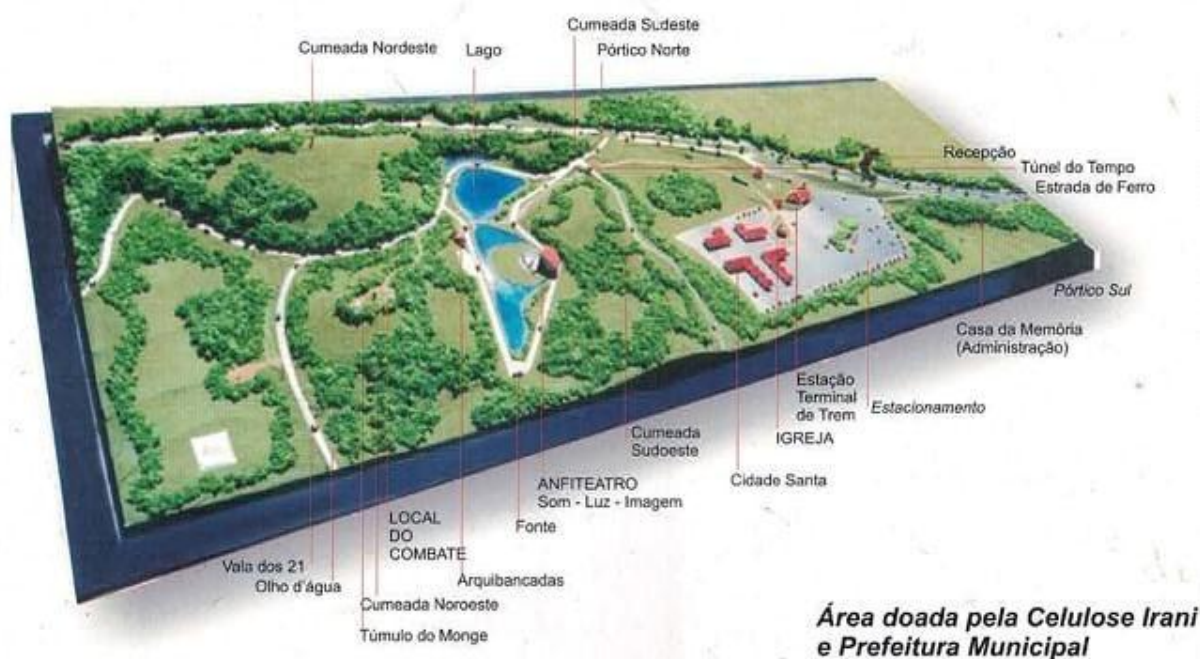
⁴ Disponível em: <https://www.diretorioibrasil.net/empresa/?id=04169893000154>. Acesso em: 12 jun. 2025.

⁵ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4604/leis-de-irani?q=n%C2%BA+1169+>. Acesso em: 14 jun. 2025.

⁶ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/106/1051/lei-ordinaria-n-1051-2001-autoriza-doacao-de-imovel-e-da-outras-providencias?q=lei+1051>. Acesso em: 13 jun. 2025.

patrimônio público do município de Irani (abrangendo a área nuclear do Sítio Histórico) e à União (referente a outra parcela de terra). Tal desfecho corrobora os obstáculos intrínsecos à sustentabilidade de longo prazo de organizações culturais que mantêm uma dependência acentuada do trabalho voluntário e de conjunturas políticas e financeiras favoráveis⁷.

Figura 5: Projeto gráfico do parque temático do Contestado



Fonte: Contracapa do livro *Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado* (2002).

O Projeto do Parque Temático do Contestado consubstanciou o ápice da ambição patrimonial no município de Irani no limiar dos anos 2000. Sob a idealização de Vicente Telles e com o desenvolvimento do projeto arquitetônico a cargo de Ires Lopez da Silva, então arquiteto vinculado ao Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina (DEINFRA-SC), a iniciativa logrou o suporte político e institucional do segundo mandato governamental de Esperidião Amin (1999-2002) (Fundação Contestado, 2000). No âmbito legislativo, a Lei Municipal nº 1.097 de 2001 autorizou formalmente a municipalidade a alocar recursos orçamentários destinados à infraestrutura indispensável para a implantação do complexo⁸.

A concepção do parque apresentava um caráter grandioso, projetando um complexo de estruturas temáticas a serem erguidas no perímetro do Sítio Histórico, fundamentado no duplo

⁷ A íntegra da Ação Civil Pública 08.2015.00201480-0 do MPSC encontra-se nos anexos do trabalho de Souza (2022).

⁸ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/110/1097/lei-ordinaria-n-1097-2001-autoriza-realizar-despesas-na-implantacao-do-parque-tematico-do-contestado?q=1097>. Acesso em: 04 mar. 2025.

objetivo de rememorar a Guerra do Contestado e catalisar o potencial turístico da região. As estruturas planejadas para o complexo incluíam:

1. Anfiteatro de Som e Imagem: Configurado como um espaço vocacionado para apresentações artísticas e culturais, circundado por lagos e provido de arquibancada para o público. Esta consistiu na única estrutura do parque que teve sua execução física parcialmente iniciada, entre os anos de 2001 e 2005. O projeto arquitetônico original previa a instalação de uma coroa metálica no zênite da edificação e, inclusive, um acesso específico para a cavalaria, o que denota a intenção programática de realizar encenações de batalhas históricas.
2. Casa da Memória: Edificação projetada para abrigar um auditório, dependências administrativas e um novo núcleo museológico, possivelmente destinado a substituir ou suplementar as funções e o acervo do preexistente Museu José Maria.
3. Cidade Santa: Um agrupamento de 24 pequenas unidades habitacionais, edificadas em alusão direta aos “12 Pares de França” (grupos de elite dos combatentes caboclos), dispostas simetricamente em torno de um “Quadro Santo”. Tais residências seriam destinadas ao acolhimento temporário de pesquisadores e participantes de eventos culturais e acadêmicos.
4. Capela do Monge: Templo religioso de pequenas dimensões, situado nas proximidades da Cidade Santa, que desempenharia funções simultâneas de atração turística cenográfica e de espaço para cerimônias de caráter ecumênico ou que rememorassem a religiosidade mística intrínseca ao Contestado.
5. Estação de Trem: Estrutura ferroviária dotada de uma locomotiva que realizaria itinerários guiados através das diversas instalações temáticas que compunham o parque.

A despeito do entusiasmo inaugural e do aporte de vultosos recursos públicos, o Projeto do Parque Temático do Contestado não logrou sua conclusão plena. Apenas o Anfiteatro de Som e Imagem teve sua execução física iniciada; todavia, as obras foram precocemente paralisadas, e a estrutura remanescente encontra-se hodiernamente em um avançado estado de ruína e abandono. As razões preponderantes para a interrupção do empreendimento convergem para a descontinuidade no fluxo de financiamento público, impulsionada, em grande medida, pelas sucessivas alternâncias nas gestões executivas dos âmbitos municipal e estadual, somadas à complexidade intrínseca e à elevada exigência de capital para a exequibilidade do projeto. O próprio Vicente Telles manifestou, em diversas ocasiões, sua profunda frustração ante o abandono da iniciativa, a qual ele vislumbrava como um instrumento promissor para a salvaguarda e valorização da história e da cultura do Contestado (Pereira, 2016).

Este ciclo, caracterizado por um expressivo investimento inicial e elevada ambição, sucedido por uma fase de descontinuidade administrativa e frustração de expectativas, evidencia a vulnerabilidade sistêmica de projetos de memória de longo prazo face às instabilidades políticas e à ausência de estratégias sólidas de sustentabilidade financeira. A dependência crítica de conjunturas políticas favoráveis e da liderança carismática de figuras centrais, como Telles, revelou-se um fator de risco estrutural para a materialização de um projeto de tamanha envergadura patrimonial. Sob a ótica da biografia do lugar, o estado de ruína do anfiteatro constitui, ele próprio, uma camada material da paisagem contemporânea de Irani, testemunhando as tensões entre o desejo de monumentalização e as limitações da gestão pública de memória.

Em concomitância com os vultosos projetos de infraestrutura física, emergiram iniciativas de matriz eminentemente simbólica e mística. A Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião (OCEESS) foi instituída no ano de 2004, configurando-se como uma entidade orgânica vinculada à Fundação Contestado, sob a idealização intelectual de Vicente Telles e do arquiteto Ires Lopez da Silva⁹.

O propósito fundamental da OCEESS residia no aprofundamento da pesquisa, do escrutínio analítico e da salvaguarda dos múltiplos aspectos atinentes ao Contestado e à cultura cabocla. A Ordem buscava imprimir um viés ontológico-místico e filosófico a esses estudos, preconizando a execução de rituais e a manutenção de um culto à memória do Monge José Maria no que designavam como “Reduto-Mor” de Irani, localizado estrategicamente dentro do Sítio Histórico. A organização estruturava-se a partir de uma estratificação hierárquica bem definida, compreendendo os graus de Adeptos, Zeladores, Pares de França e Cavaleiros.

A OCEESS possuía um léxico simbólico próprio exemplificado pela estrela de 12 pontas, em alusão direta aos “12 Pares de França” e paramentos ritualísticos específicos para seus membros. As práticas rituais incorporavam o uso de elementos de forte carga semiótica, tais como facões de madeira (referência material às armas utilizadas pelos combatentes sertanejos) e velas. Conquanto se observe uma escassa documentação remanescente acerca de sua atuação para além dos anos inaugurais, a criação da OCEESS constitui um reflexo da densidade dos estudos e das tentativas de elaboração de uma memória multifacetada e plural do Contestado em Irani durante o início da década de 2000.

⁹ A íntegra do Regimento Interno da OCEESS encontra-se nos anexos do trabalho de Souza (2022).

No transcurso deste período, dois episódios de expressiva mobilização coletiva distinguem-se por sua capacidade de aglutinação social e pelo impacto direto na visibilidade da memória do Contestado em Irani.

A Romaria da Terra e da Água (11 de setembro de 2011), promovida pela Igreja Católica especificamente pelo Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelas Pastorais Sociais, em articulação com diversos movimentos sociais, logrou reunir um contingente aproximado de 8.000 pessoas no Sítio Histórico de Irani. Sob a égide do lema *“Deus criou... e tudo era muito bom”*, o evento ostentou um acentuado apelo social, estabelecendo nexos fundamentais entre a memória das lutas históricas do Contestado e pautas contemporâneas prementes, tais como a reforma agrária, a justiça social e a preservação do meio ambiente. A Romaria não apenas reiterou a importância política e social do Sítio Histórico enquanto símbolo das resistências populares, mas também facultou a um público heterogêneo o contato direto com a historiografia e a cultura do Contestado, incluindo em sua programação apresentações e discursos proferidos por Vicente Telles (Telles, 2013).

Já o “Acordo de Paz” (22 de outubro de 2017)¹⁰, foi organizado pela Polícia Militar do Paraná (PMPR), em parceria com a Prefeitura de Irani, com o propósito de assinalar o transcurso dos 105 anos da Batalha do Irani. A solenidade, sediada no ginásio municipal, compreendeu desfiles militares, alocações de autoridades e a celebração de um documento simbólico de “paz” entre a corporação militar paranaense e a municipalidade de Irani. Na ocasião, foi descerrada uma placa em homenagem aos militares e sertanejos vitimados no combate junto à Vala dos 21. Este episódio, que constituiu a última participação pública de Vicente Telles, suscita questões analíticas complexas acerca da apropriação da memória de Irani. Diante dessa apropriação, cabe mencionar a Carta do Irani, documento organizado por pesquisadores do Grupo de Investigação sobre o Contestado (GIMC) e disponível em sua plataforma digital (<https://gimc.com.br>), que problematiza essas ações e reafirma a necessidade de respeitar a memória cabocla e suas dinâmicas comunitárias.

A PMPR, assim, ao promover um evento de caráter militar no exato local onde o Monge José Maria é reverenciado como herói da resistência a essa mesma força, introduz uma narrativa que, embora apresentada sob o signo da reconciliação, pode ser interpretada como uma sobreposição ou, em última análise, uma tentativa de neutralização da perspectiva cabocla. Motta (2021, p. 152) classificou o referido acordo como “estranho” e questionou a legitimidade

¹⁰ <http://www.avmpmpr.com.br/site/comitiva-de-militares-se-prepara-para-os-105-anos-do-combate-do-irani>. Consulta em 10/06/2025.

da presença ostensiva da PMPR em um espaço de memória dedicado à resistência sertaneja, sugerindo a existência de uma tensão latente entre a memória local e as apropriações levadas a cabo por instituições externas detentoras de suas próprias agendas memoriais. Conquanto o evento do “Acordo de Paz” tenha contado com a presença e a eventual anuência de Vicente Telles, a exibição ostensiva da PMPR no espaço que se pretende o repositório da memória cabocla do Contestado revela-se contraditória. Essa percepção é corroborada pelo fato de que, nos anos subsequentes, registraram-se novos desfiles das corporações militares de Santa Catarina e do Paraná em datas alusivas ao combate do Irani, o que infere a transmutação da efeméride em uma celebração de cunho militar. Tal fenômeno assinala uma descontinuidade do próprio legado de Telles, cujo cerne sempre residiu na exaltação da resistência cabocla frente ao poderio militar estatal.

A natureza do conflito ocorrido em Irani demanda, imperativamente, uma análise sob a ótica das memórias traumáticas. Conforme postulam Enzo Traverso (2012) e Elizabeth Jelin (2002), o passado traumático não se encerra com o término do evento bélico propriamente dito; ao contrário, ele se prolonga e se desdobra em contínuas “batalhas pela memória”. O episódio do “Acordo de Paz” em 2017 exemplifica essa disputa narrativa: de um lado, observa-se a investida institucional no intuito de “pacificar” o passado; de outro, subsiste o dever de memória cabocla que resiste aos processos de neutralização política. Como observa Jelin, o espaço público constitui uma arena de conflito na qual diferentes atores sociais lutam para impor seus próprios sentidos ao passado. Irani, nesse contexto, configura-se como um território onde o trauma de 1912 permanece sendo processado por intermédio de constantes e complexas renegociações de sentido.

O falecimento de Vicente Telles, aos 86 anos de idade, representou um momento de inflexão definitivo para o movimento de rememoração no município de Irani. Sua decisão deliberada de ser sepultado no Cemitério do Contestado, local que se encontrava desativado para novos sepultamentos, constituiu um ato final de profunda vinculação ontológica com a terra e com a história que ele dedicou sua vida a salvar¹¹. Com esse gesto, sua sepultura converteu-se, por si mesma, em um novo ponto de memória inserido na malha do Sítio Histórico, incorporando fisicamente a figura do “Mensageiro do Contestado” ao patrimônio que ele próprio ajudou a edificar. O legado de Telles, todavia, não se encerrou com seu óbito. Sua família, articulada por meio do grupo “Os Guardiões do Mensageiro”, e o Memorial Vicente

¹¹ Disponível em: <https://radiorural.com.br/noticias/27576-morre-vicente-telles-historiador-da-guerra-do-contestado>. Acesso em: 03 jun. 2025.

Telles dão continuidade à promoção de sua obra e da memória do Contestado, sinalizando que a figura de Telles transmutou-se, postumamente, em um novo e central foco de rememoração e identidade para a comunidade de Irani.

Dinâmicas da memória e patrimonialização em Irani

A transmutação de Irani, de um cenário de conflagração bélica a um lugar de memória institucionalizado, constitui um processo de elevada complexidade, resultante da intersecção de múltiplos agentes, interesses e dinâmicas de ordem social, política e cultural ao longo de mais de quatro décadas. A exegese dessa trajetória revela não apenas o êxito na consolidação de um patrimônio cultural reconhecido, mas também desvela os desafios estruturais e as tensões intrínsecas à gestão da memória de um passado marcado pelo conflito e pelo trauma.

A análise do percurso histórico e biográfico de Irani evidencia uma intrincada teia de relações e agenciamentos. A figura de Vicente Telles emerge como um agente individual dotado de um vultoso capital simbólico, cuja atuação foi determinante para catalisar o movimento de rememoração local. Contudo, é imperativo notar que sua agência não se processou em um vácuo social; encontrou ressonância imediata na comunidade, que aderiu aos eventos e validou suas iniciativas, e, primordialmente, no aparato do poder público municipal e estadual.

A prefeitura de Irani, sob diferentes mandatos, demonstrou um interesse estratégico em incorporar a narrativa do “Berço do Contestado”, instrumentalizando o passado por meio da promulgação de marcos legislativos, provimento de suporte logístico e pela prospecção do potencial turístico da região. Paralelamente, o governo estadual com ênfase nas gestões de Esperidião Amin, desempenhou um papel axial ao aportar financiamento para obras de vulto, como o monumento Mãos de Cimento, e prover suporte técnico para projetos ambiciosos como o Parque Temático. Tais ações foram movidas por interesses que amalgamavam a promoção de uma identidade regionalista (o “catarinismo”) à projeção política em escala estadual (Amin, 2002). A Fundação Contestado, por sua vez, operou como o braço mediador e executor fundamental dessas políticas, embora sua trajetória denuncie uma dependência crítica da liderança personalista de Telles e da flutuação de conjunturas políticas e financeiras favoráveis (Telles, 2013; Pereira, 2016).

O balanço das iniciativas de patrimonialização em Irani apresenta um quadro dialético de sucessos expressivos e desafios persistentes. No âmbito dos êxitos, destaca-se a estruturação de um Sítio Histórico de reconhecimento nacional, provido de elementos icônicos como o

monumento Mãos de Cimento e o Museu José Maria, os quais se consolidaram como as principais referências visuais e espaciais da memória do Contestado no território.

A institucionalização do feriado municipal em alusão à Batalha do Irani, a densa produção legislativa voltada à valorização da cultura local e a realização de eventos de expressiva capilaridade, como a Romaria da Terra e da Água, foram fatores decisivos para cristalizar a identidade de Irani como o “Berço do Contestado” e para manter o debate sobre esse passado na esfera pública. A resiliência da memória popular, revitalizada pela atuação incessante de Vicente Telles, constitui-se, em última análise, como um dos legados mais significativos deste processo de “biografia do lugar”.

Contudo, a trajetória de Irani é igualmente balizada por reveses significativos. O projeto inconcluso do Parque Temático do Contestado, cujas ruínas do anfiteatro permanecem como um “elefante branco” na paisagem, simboliza a descontinuidade das políticas públicas, as falhas na gestão de recursos e a consequente frustração de expectativas comunitárias. A extinção da Fundação Contestado ocorrida após um prolongado período de inatividade administrativa e ausência de prestação de contas, projeta incertezas sobre a governança futura e a sustentabilidade de parcelas do Sítio Histórico, cuja responsabilidade encontra-se agora fragmentada entre a municipalidade e a União¹². Tais episódios servem como um alerta para a fragilidade intrínseca aos processos de patrimonialização quando estes carecem de planejamento de longo prazo e de mecanismos robustos de financiamento e gestão institucional.

A estruturação da identidade de “Irani, Berço do Contestado” esteve, desde a sua gênese, vinculada a uma estratégia de desenvolvimento local alicerçada no turismo histórico-cultural. Uma multiplicidade de suportes de propaganda e manifestações culturais, tais como folders informativos, o hino municipal, esculturas em logradouros públicos e a própria toponímia urbana, foram deliberadamente mobilizados para sedimentar essa narrativa e atrair fluxos de visitantes.

Essa orientação em direção ao turismo, conquanto possibilite a captação de recursos para a salvaguarda patrimonial e o fomento socioeconômico da comunidade, faz emergir questionamentos críticos. Subsiste uma tensão entre a necessidade de promover uma memória orgânica e complexa que contemple as feridas, os traumas e as contradições da experiência cabocla, e o risco iminente de sua simplificação, espetacularização ou mercantilização para

¹² Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1994/79/786/lei-ordinaria-n-786-1994-autoriza-adquirir-um-terreno-rural-para-a-implantacao-do-projeto-contestado?q=PROJETO+CONTESTADO>. Acesso em: 11 jun. 2025.

satisfazer às exigências do mercado turístico. O desafio posto pela dupla face do turismo memorial reside, portanto, na busca por um equilíbrio que logre valorizar a densidade histórica do evento sem incorrer em sua descaracterização ou banalização.

A memória do Contestado em Irani não se constitui como um constructo monolítico ou consensual. Ao contrário, configura-se como um território de disputa onde diferentes agentes sociais e institucionais projetam suas próprias interpretações, valores e interesses. A perspectiva de Vicente Telles, centrada na exaltação dos “vencidos” e na denúncia das injustiças perpetradas contra o estrato caboclo, permanece como a narrativa mais proeminente e o alicerce de grande parte do movimento de rememoração (Telles, 2013; Pereira, 2016).

Contudo, outras narrativas coexistem e estabelecem tensões com a visão de Telles. A Polícia Militar do Paraná, ao protagonizar o “Acordo de Paz” e homenagear seus quadros vitimados na Batalha do Irani, introduz uma perspectiva institucional que, historicamente, posicionou-se em oposição direta aos sertanejos. Paralelamente, a Igreja Católica, por meio da Romaria da Terra e da Água, ressignifica a memória do conflito sob o prisma da Teologia da Libertação e da opção pelos pobres, conectando o passado às lutas contemporâneas por justiça socioambiental.

O episódio do “Acordo de Paz” de 2017, especificamente, embora revestido de uma retórica reconciliatória, pode ser interpretado como uma sobreposição da memória oficial-militar sobre a narrativa de resistência cabocla, operando como um mecanismo de neutralização de seus aspectos mais subversivos. Tal cenário corrobora a tese de que os lugares de memória são arenas de conflito e negociação permanente de sentidos (Nora, 1993).

Por fim, a metodologia de Vicente Telles profundamente alicerçada na oralidade, na musicalidade e na performance, revelou-se fundamental para a manutenção de uma memória viva e inteligível. A continuidade deste legado, assegurada pelos “Guardiões do Mensageiro” e pela salvaguarda de seu acervo em plataformas digitais (como o Memorial Vicente Telles no Facebook¹³), indica uma adaptativa transição da transmissão mnemônica para os suportes contemporâneos. Este fenômeno sugere que, mesmo ante a ausência física de seus artífices primordiais, a memória possui a plasticidade necessária para persistir e se reinventar, dialogando com as tecnologias e as linguagens do presente.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/vicente.telles>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Considerações finais

A trajetória de Irani, transmutada de palco inaugural da Guerra do Contestado em um consagrado lugar de memória, constitui um testemunho contundente da capacidade de agência de uma comunidade. Impulsionado por indivíduos dedicados em constante interlocução com diversas instâncias do poder público, este processo revela como se constroem e reconstroem narrativas sobre o passado traumático. Ao longo de mais de quatro décadas, deflagradas ao final dos anos 1970, o município logrou edificar uma identidade memorial sólida em torno do conflito, superando o prolongado hiato de aparente latência e invisibilização que caracterizou o período anterior.

O legado dessas iniciativas de rememoração é profundamente multifacetado. No plano material, concretiza-se na consolidação do Sítio Histórico de Irani, cujos monumentos, museu e locais de sepultamento operam como referentes físicos e simbólicos da resistência cabocla. No plano imaterial, a obra e a figura de Vicente Telles constituem um patrimônio fundamental, cuja influência na formatação da memória local e regional transcende sua existência física. A própria inserção de sua sepultura no Cemitério do Contestado configura-se como um novo e pungente elemento deste legado, fundindo o biógrafo ao seu objeto de estudo. Ademais, a robusta legislação municipal e os eventos rituais periódicos desempenham um papel axial na manutenção de uma memória que se pretende viva e politicamente atuante.

Contudo, este percurso biográfico não se exime de desafios estruturais, e a gestão futura deste patrimônio é permeada por incertezas. A extinção da Fundação Contestado e a superveniente fragmentação da responsabilidade administrativa entre o município e a União impõem a urgência de um modelo de gestão que seja, a um só tempo, sustentável e colaborativo. O risco de obsolescência e abandono, materializado nas ruínas do anfiteatro do Parque Temático, sublinha a premência de políticas de conservação contínuas e de um planejamento financeiro condizente com as iniciativas patrimoniais. Outrossim, a tensão entre a preservação de uma memória histórica complexa e as pressões do desenvolvimento turístico exige uma reflexão ética permanente, visando obstar a simplificação ou a mercantilização excessiva do passado.

A presente pesquisa reitera a natureza intrinsecamente dinâmica e inacabada da memória. Enquanto processo dialético de esquecimentos e lembranças, a história da rememoração em Irani permanece aberta a novas exegeses, delineando horizontes para investigações futuras que perpassam diferentes dimensões analíticas.

Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar a análise da memória coletiva por meio de uma investigação sistemática sobre o sentimento de pertencimento dos habitantes contemporâneos face à identidade de “Berço do Contestado”, utilizando a exploração das fontes orais para preencher lacunas informacionais do período anterior a 1978 e capturar as percepções geracionais mais recentes. Ademais, abre-se espaço para analisar detidamente o conflito de narrativas e as implicações da presença institucional da Polícia Militar do Paraná em um território de memória tradicionalmente consagrado à resistência sertaneja. Por fim, torna-se relevante avaliar o impacto socioeconômico e os efeitos reais das iniciativas de turismo cultural no desenvolvimento da comunidade local. Assim, Irani reafirma-se como um laboratório privilegiado para o estudo da biografia do lugar e das disputas mnemônicas no Sul do Brasil.

Referências bibliográficas

- AMIN, Esperidião. Cadernos da Cultura Catarinense. In: TELLES, Vicente (org.). *Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado: história em música*. Irani: [s. n.], 2002. (Encarte de CD).
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural: políticas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012a.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção do patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012b.
- DALFRÉ, Liz Andréa. *Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado*. Curitiba: SAMP, 2014.
- FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- FUNDAÇÃO CULTURAL MEMÓRIA VIVA DO CONTESTADO DA REGIÃO DE IRANI. *Ata Descritiva de Reunião Contendo Atividades da Fundação Contestado*. 28 de Julho de 2000. Sala de Reuniões da Prefeitura municipal de Irani-SC, 2000.
- FUNDAÇÃO CULTURAL MEMÓRIA VIVA DO CONTESTADO DA REGIÃO DO IRANI. *Regimento Interno da Ordem dos Cavalheiros do Exército Encantado de São Sebastião (OCEESS)*. Irani, SC, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. *Não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)*. 2020. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LINO, Jaisson Teixeira. As batalhas da guerra do Contestado: passado e presente. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo (org.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erechim: Habilis Press, 2013.

LINO, Jaisson Teixeira; SYMONDS, James. Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916): conflito, cultura material e memória. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 15, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2021.

LINO, Jaisson Teixeira. Escavando em campo minado: as paisagens arqueológicas de conflitos bélicos. *Revista de Arqueologia*, v. 35, p. 119-136, 2022.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MOTTA, Ana Paula Ferreira. *Entre o “Berço” e o “Cemitério”*: disputas de memória e a construção do patrimônio cultural em Irani-SC. 2021. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MOTTA, Ana Paula Ferreira. Mãos de cimento: as representações da Guerra do Contestado no imaginário de Irani. *Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 25-54, dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Moacir. *Vicente Telles: o Mensageiro do Contestado*. Florianópolis: Insular, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Milton. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

SORENSEN, Marie Louise Stig; VIEJO-ROSE, Dacia. Introduction: The Impact of Conflict on Cultural Heritage: A Biographical Lens. In: SORENSEN, Marie Louise Stig; VIEJO-ROSE, Dacia (org.). *War and Cultural Heritage: Biographies of Place*. New York: Cambridge University Press, 2015, p. 1-18.

SOUZA, Angelo José Franciosi de. *Irani (1912): de campo de batalha a lugar de memória*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

TELLES, Vicente. Vicente Telles. In: WEHLING, Arno *et al.* (org.). *Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio*. Florianópolis: MPSC, 2013. p. 446.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Unipop, 2012.

VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gérson. O Combate do Irani nas Páginas dos Jornais: Olhares da Imprensa. In: TOMPOROSKI, A. A.; ESPIG, M. J. *Tempos de Muito Pasto e Pouco Rastro*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

VIANNA, Celso. *A batalha do Irani: o diabo na rua, no meio do redemoinho*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Recebido em 31/03/2026.

Aceito em 11/08/2026.

Fronteiras